

Em seminário realizado pelo SEESP em 16 de abril último, ficou clara a necessidade de haver inspeção e conservação permanente de estruturas como pontes, viadutos e barragens para evitar transtornos e prejuízos e até destruição e mortes. Sindicato defende criação de órgãos específicos para assegurar que trabalho seja feito adequadamente, com a fundamental participação dos profissionais da área tecnológica. *Página 5*



# Engenharia de manutenção para *garantir segurança* à população



# Unidade em defesa da aposentadoria

A COMEMORAÇÃO DO 1º de maio neste ano reuniu o conjunto do movimento sindical brasileiro, em suas várias vertentes, em defesa dos direitos dos trabalhadores, especialmente da aposentadoria. Acertadamente, o mote do ato realizado em inúmeras cidades, reunindo centenas de milhares de pessoas, foi o combate à reforma da Previdência Social (*confira na página 8*). Em tramitação no Congresso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 (*leia mais na página 4*) é apresentada como promessa de fim dos privilégios e garantia de melhoria da economia. As consequências da medida, no entanto, serão bastante diversas: aumento da pobreza e drenagem de recursos da Previdência pública para o sistema financeiro, por meio da capitalização.

**Eng. Murilo Pinheiro**  
*Presidente*

A ideia de que é uma necessidade inescapável introduzir mudanças na Previdência que dificultem o acesso ao benefício e reduzam o seu valor está equivocada. Isso tornará a vida das pessoas comuns e idosas ainda mais difícil e, de quebra, retirará de circulação recursos essenciais à movimentação de economias locais.

Se há problemas nas contas da seguridade social no Brasil – e pairam enormes dúvidas quanto a isso, já que não tem havido a transparência necessária sobre esses números –, é preciso considerar a possibilidade de aumentar as receitas por meio de geração de postos de trabalho decentes. O maior problema da

Previdência é o gigantesco desemprego que atinge mais de 13 milhões de cidadãos, sem contar subempregados e aqueles que desistiram de buscar uma vaga embora dela precisem, além do crescimento da informalidade.

A precariedade não pode ser a base sobre a qual se assentam sociedade brasileira e seu futuro. Isso não é sustentável e, em hipótese alguma, realizará nosso potencial como nação soberana, próspera, justa e democrática.

É urgente que retomemos um projeto de desenvolvimento comprometido com os interesses nacionais e da nossa população. Não há rodas a serem inventadas: o Estado deve ser um indutor do crescimento econômico, estimulando o sistema produtivo e investindo em infraestrutura, ciência e tecnologia. É essencial a implementação de uma política industrial efetiva. A condução da economia não pode ser tratada como questão de fé, oferecendo-se sacrifícios ao deus-mercado; deve ser feita de forma racional, visando o melhor resultado para o País e seu povo, não beneficiando apenas uma ínfima parcela rentista, esses, sim, os verdadeiros privilegiados.

Os engenheiros, trabalhadores e profissionais do desenvolvimento, estão a postos para colaborar com a construção do País que os brasileiros almejam e merecem. Em mais uma etapa do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, a ser lançado em junho, a

*No 1º de maio, centenas de milhares de trabalhadores foram às ruas dizer não ao fim da Previdência pública. É preciso preservar direitos e gerar empregos.*

Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), com a participação do SEESP, coloca em pauta a necessidade de se investir na manutenção da infraestrutura existente como forma de garantir segurança e qualidade de vida à população e boa aplicação dos recursos públicos (*leia matéria na página 5*).

Seguimos, portanto, convictos de que é possível superar a crise e as dificuldades. Enfrentemos os obstáculos com seriedade, determinação e inteligência.



**JORNAL DO ENGENHEIRO** — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Marcos Wanderley Ferreira, Newton Guenaga Filho, João Paulo Dutra, Fernando Palmezan Neto, Edilson Reis, Antonio Roberto Martins, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flavio José Albergaria de Oliveira Brizida, Henrique Monteiro Alves, Aristides Galvão, Carlos Han-nickel, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Di Stefano Mariano, Fabiane B. Ferraz, Gil Chacur, Gley Rosa, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Marcellie Dessimoni, Mário Luiz Donato, Meire Garcia, Nestor Tupinambá, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Sérgio Granato. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: <http://goo.gl/yFwR5>. FILMADO A

**ANATEC**  
PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



## Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em [www.seesp.org.br/publicidade/](http://www.seesp.org.br/publicidade/)

ou pelos telefones:  
(11) 99173-0651  
(11) 3284-9880

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL2).

Página 5

visite nosso site [www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br)

### Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio:  **CREA-SP**

# Tempos velhos da privatização

Cid Barbosa Lima Junior

AO MESMO TEMPO em que escrevo este artigo, a comissão mista do Legislativo – Senado e Câmara – começa a discutir o texto do senador Tasso Jereissati (PSDB), relator da Medida Provisória 868/2018, que altera o marco legal do saneamento. Ele defende a MP considerando-a relevante e urgente e acolhendo algumas poucas emendas sem importância de conteúdo. Deve virar um Projeto de Lei de Conversão.

Nascida do ventre da MP 844, que não foi votada e perdeu seu efeito, a medida em questão foi publicada no dia 27 de dezembro de 2018, últimos dias do Governo Temer. Ela encerra o desejo das empresas privadas de saneamento, pois possibilitará, caso aprovada, a privatização das maiores e mais lucrativas companhias estaduais e do País.

O saneamento no Brasil está ranqueado em 123º lugar no mundo, sendo que o País detém a nona colocação na economia mundial. Só isso revela o tamanho da desigualdade social e econômica nacional.

Andando na contramão das demais cidades do mundo, o Governo Temer e o atual querem piorar ainda mais a situação do saneamento, com a privatização dos serviços. Paris, Berlim, Buenos Aires, La Paz, Atlanta, Indianápolis e muitas outras cidades fizeram autocrítica na prática e voltaram a estatizar seus serviços.

Comprovou-se que a ganância das empresas privadas pelo lucro gerou desinvestimentos e deterioração dos serviços nessas

cidades. A MP 868 atende somente aos interesses dessas empresas. Essa Medida Provisória também gerará a quebra do subsídio cruzado, que ajuda as cidades pequenas e médias. Consequentemente, aprofundará o caos sanitário do brasileiro. Além disso, elevará as contas de água.

A MP 868/2018 gerará a quebra do subsídio cruzado e vai piorar ainda mais a situação do saneamento no Brasil.

O que o Brasil precisa é de mais empregos e de investimentos reais no saneamento. É preciso lembrar um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS) que comprova uma economia de cinco dólares na saúde a cada dólar investido no segmento.

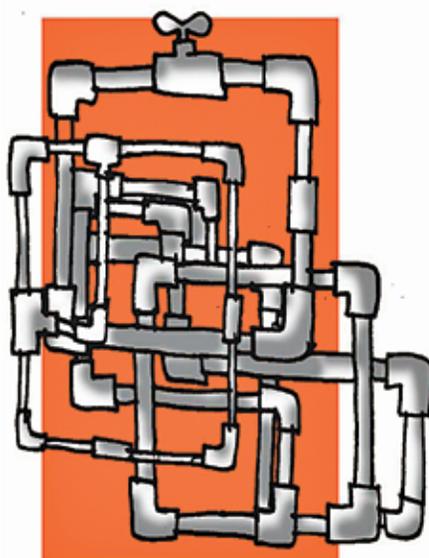
Necessário também implementar a Lei 11.445/2007 e o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Incrementar o setor com altos investimentos para podermos atingir a universalização em 2033, que é nossa grande e necessária meta.

Com mais de 500 emendas, essa é a MP mais criticada pelos parlamentares e totalmente dissociada da nossa realidade. Temos que nos mobilizar para fazer frente a esse engodo. Devemos escrever aos nossos deputados e senadores pedindo o arquivamento desse dispositivo que atenta e fere nossa Constituição, em especial em seu artigo 10 D.

Temos a obrigação cidadã de entender que a água não é uma mercadoria, mas sim um bem e um direito à vida.

Cid Barbosa Lima Junior é engenheiro civil

## TALQUEI?





# Associado ao SEESP CONTA COM ASSESSORIA PARA REQUERER APOSENTADORIA

Deborah Moreira

**ORIENTAÇÃO E ENCAMINHAMENTO** de aposentadoria por tempo de contribuição, idade e especial, bem como análise do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), além de recursos às Juntas e Câmaras de Julgamentos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Esses são serviços oferecidos pelo setor de Assistência Previdenciária do sindicato.

Para fazer jus, basta ser associado ao SEESP em dia com a anuidade. Ao atendimento, que deve ser previamente agendado, é preciso levar carteira de trabalho. Após análise dos documentos e constatado que o filiado tem direito ao benefício, a entidade faz um requerimento de pedido de aposentadoria ao INSS e aguarda análise. O prazo legal é de no máximo 45 dias.

A Assistência Previdenciária do sindicato fornece orientação sobre as três modalidades existentes atualmente para a obtenção do benefício. Uma delas é por idade: 60 anos para mulher e 65 anos para homem – e ter contribuído com o INSS por no mínimo 15 anos. Outra é por tempo de contribuição com incidência do fator previdenciário, que culmina em redução do valor da aposentadoria, variável conforme a expectativa de vida do segurado.

Independentemente da idade, nesse caso, é necessário que a mulher tenha 30 anos de contribuição e o homem, 35. E, por fim, a

aposentadoria integral por tempo de contribuição. A regra atual leva em conta a soma desse período mais a idade, conforme a fórmula 86/96, que, em 2019, resulta 86 pontos para mulher e 96 para homem.

Quanto à análise do Perfil Profissiográfico Previdenciário, outro serviço oferecido aos associados, a Assistência Previdenciária orienta no preenchimento (o documento é fornecido pelo RH da empresa em que o segurado trabalha ou trabalhou) e faz o encaminhamento para análise do INSS, que deferirá ou não. A condição especial é assegurada a profissionais graduados nas modalidades: civil, de minas, de metalurgia e elétrica. O responsável pelo serviço no SEESP, Alexandre Albino da Fonseca Hatta, completa: “O período laborado até 28 de abril de 1995 dá direito a acréscimo de 40% para homem e 20% para mulher, de acordo com o Decreto 53.831/64 - Anexo III, código 2.1.1.”

## Direito adquirido

Diante do temor com uma nova reforma da Previdência, Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), enfatiza: “Do ponto de vista legal, quem preencheu todos os requisitos para se aposentar não precisa correr, porque tem direito adquirido ao benefício de acordo com as regras atuais a qualquer tempo.”

Enviada pelo Governo Bolsonaro ao Congresso em meados de fevereiro último, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019, que implementa a reforma da Previdência em questão, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados em 23 de abril último. Uma das alterações pontuais feitas foi a retirada do item relativo ao fim da multa de 40% do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) nas demissões sem justa causa para aposentados que continuam empregados, o que poderia fa-

zer com que trabalhadores já em condições de se aposentar adiassem o requerimento do benefício. “Sempre denunciemos essa tentativa por ser um contrabando, já que não tem nada a ver com Previdência. Como fazer uma reforma desonerando o pagador de indenização trabalhista? Pode-se dizer, portanto, que isso já caiu por ter recebido parecer de inadmissibilidade no relatório final da CCJ”, declara Toninho. A despeito de o relatório final ter costurado o acordo para que a matéria passasse nessa primeira instância, a essência da reforma foi mantida. No dia 25, foi instalada a comissão especial para analisar o mérito da proposta. O governo tenta aprová-la ainda neste semestre, mas esbarra na resistência das categorias e representações sindicais, expressa neste 1º de maio (Dia Internacional do Trabalhador) em todo o País.

A PEC 6/2019 prevê aumento da idade mínima para 65 anos ao homem e 62 à mulher (a partir de 2024 se elevará ainda mais, a cada quatro anos). Já o tempo de contribuição mínima sobe a 20 anos para se obter 60% da média de todos os salários recebidos. A partir disso, o benefício é incrementado em 2% ao ano. Para receber 100%, será preciso contribuir por 40 anos.

“Não tem nada a favor do segurado. Além disso, a proposta retira as regras previdenciárias da Constituição, que são difíceis de serem modificadas por (*emenda à Carta Magna*) exigir quórum de três quintos do Congresso, e joga para lei complementar, que é mais fácil de alterar. Isso retira a segurança jurídica ao trabalhador, uma vez que benefícios podem ser modificados a qualquer instante”, adverte Toninho.

### Mais informações

Assistência Previdenciária

Alexandre Hatta

9h às 17h, com agendamento prévio

Telefone: (11) 3113-2662 ou

e-mail: [aposentadoria@seesp.org.br](mailto:aposentadoria@seesp.org.br)

**ASSISTÊNCIA**  
*Previdenciária*

Orientação e providências para obter sua aposentadoria

Agência Brasil

PREVIDÊNCIA SOCIAL

# SEMINÁRIO *defende engenharia de manutenção* PARA EVITAR TRAGÉDIAS

Jéssica Silva\*

O SEESP promoveu o debate “Pontes, viadutos, barragens e a conservação das cidades – Engenharia de manutenção para garantir segurança e qualidade de vida”, no dia 16 de abril último, em sua sede, na Capital. À abertura, Murilo Pinheiro, presidente do sindicato, ressaltou a importância da discussão técnica para evitar acidentes e tragédias e “resgatar o protagonismo da engenharia brasileira”.

A partir da realização do evento, será produzida uma nova edição do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), com a adesão do SEESP, atualizada desde 2006. Entre as propostas que devem compor o documento, como destacou Murilo, está a criação de uma Secretaria de Engenharia de Manutenção, nos âmbitos nacional, estadual e municipal. “Com isso, teremos um cronograma de fiscalização, teremos periodicidade de manutenção e histórico das inspeções realizadas”, explicou.

Paulo Guimarães, presidente da Mútua, frisou a importância de leis que criem órgãos técnicos especializados. Participaram ainda da abertura a coordenadora do Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP, Marcellie Dessimoni; o secretário municipal de Infraestrutura e Obras de São Paulo, Vitor Aly; o subsecretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, Gláucio Attorre Penna; os vereadores de São Paulo Gilberto Natalini (PV), Eliseu Gabriel (PSB), Ricardo Teixeira (Pros), Mario Covas Neto (Podemos) e Caio Miranda Carneiro (PSB), bem como de Piracicaba Pedro Motoitiro Kawai (PSDB); os vice-presidentes da Associação Brasileira de Pontes e Estruturas, Gilson Marchesini, e da FNE, Antonio Florentino de Souza Filho.

## Segurança e conservação

A situação das obras de arte em todo o País foi o tema de Ciro Araújo, chefe da Seção de Engenharia de Estruturas do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Ele expôs o modelo de inspeção utilizado e fotos que ilustraram o péssimo estado de conservação dessas estruturas. “Para postergar o tempo de

vida útil de uma obra é importante aumentar a periodicidade das manutenções, e não deixar acumular, o que encarece”, propugnou.

A falta de manutenção em obras urbanas em capitais brasileiras tem culminado em várias patologias, como aponta estudo feito a partir de 2005 pelo Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco). A análise foi apresentada pelo presidente da Regional São Paulo da entidade, Fernando Mentone.

Nas edificações urbanas também há ausência de engenharia de manutenção, de acordo com Maurício Marcelli, diretor-presidente da empresa de perícia técnica Critério Experts. Ele apresentou casos de vícios ocultos, como ferrugem em peças e mau planejamento. “Se a gente não fizer manutenção preventiva adequada e, depois, corretiva, teremos comprometimento da segurança, do conforto e até depreciação do valor”, salientou.

Para Alex Abiko, professor titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) em Gestão urbana e habitacional, isso prejudica a conservação dos municípios. A falha na zeladoria também se dá, segundo ele, por ausência de planejamento. A solução, acredita, são as *smart cities*, “onde se utilizam *softwares* e equipamentos para melhorar a qualidade das cidades (...) e garantir sua sustentabilidade”.

Já Paulo Afonso de Cerqueira Luz, professor de Engenharia Geotécnica da Universidade Presbiteriana Mackenzie, falou da segurança das barragens. Ele alertou que o alteamento a montante, modelo das construções que se romperam em Mariana e Brumadinho (MG), é o mais econômico e o de maior risco.

Segundo ele, a comunidade geotécnica está propondo um novo protocolo de verificação de segurança das barragens de rejeitos.

No setor elétrico, por sua vez, como a atividade das usinas depende inteiramente das barragens, a fiscalização é mais rígida – e a segurança é de “total responsabilidade” do proprietário do empreendimento, explicou Cláudio Paiva de Paula, especialista em regulação e fiscalização em recursos públicos da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps).

Consenso indicado durante o seminário é de que faltam recursos para manutenções eficazes. Na análise de Artur Araújo, consultor da FNE, o problema não é exclusivo do Brasil. “Geralmente se preserva uma margem de investimento para obra nova, e a manutenção cai nas rubricas de custeio de governos do mundo inteiro”, frisou. Isso também acontece, segundo ele, no setor privado, que “corta manutenções para mostrar lucro aos acionistas”. E concluiu: “Temos que trazer a discussão do que realmente custa mais.” Completou ainda: “Porém, sem engenheiros, sem equipes técnicas tudo isso é abstrato.”

\*Colaborou Deborah Moreira

Cobertura completa em [www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br)

*A partir da realização do evento, será produzida a nova edição do projeto “Cresce Brasil”, com propostas factíveis para a prevenção de acidentes e desastres.*



Murilo Pinheiro, presidente do SEESP (no púlpito): discussão técnica é importante para evitar tragédias e resgatar protagonismo da engenharia brasileira.



# Caminho aberto às negociações salariais

Soraya Misleh

COM O PROPÓSITO DE SEDIMENTAR o caminho à superação de eventuais desafios nas negociações coletivas e obtenção de bons resultados, o SEESP realizou seu Seminário de Abertura das Campanhas Salariais. Em sua 19ª edição, o evento ocorreu em 30 de abril último, na sede do sindicato, na Capital. Murilo Pinheiro, presidente da entidade, destacou no ensejo a importância do protagonismo do SEESP à defesa da categoria. “São quase 300 mil representados no Estado e 68 mil associados.”

Na atuação em prol dos engenheiros, o sindicato conta com sedes na Capital e no Interior – são 25 delegacias e três núcleos. No total, 400 diretores e 800 delegados compõem a gestão.

“Entendemos que a saúde da empresa é a nossa (*dos trabalhadores*), e vice-versa. Que tenhamos sucesso, por um País mais justo, com mais oportunidades”, complementou Murilo, lembrando que o momento é delicado e “vamos ter que crescer na crise”. Essa é uma das piores por que o País já passou, segundo o economista Odilon Guedes, conselheiro consultivo da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU). Os dados são alarmantes: “Ao todo, são 32,8 milhões entre desempregados, desalentados (*que desistiram de procurar trabalho*) e precarizados.” Além disso, conforme expôs Guedes, dos 92,6 milhões de ocupados, 43,5% estão na informalidade, perfazendo quase 40 milhões. E há 62 milhões de inadimplentes.

“A estagnação é enorme desde 2014. O País está em recessão, o nível de investimento é baixo, caiu a demanda, o consumo e a arrecadação. Enquanto isso, o governo pagou R\$ 1,3 trilhão de juros da dívida pública e empresas devem à União mais de R\$ 2 trilhões. A reforma da Previdência, apresentada como panaceia, vai reduzir ainda mais recursos ao Estado brasileiro”, salientou. Entre os exemplos do impacto dessa reforma, ele citou mudança no Benefício de Prestação Continuada (BPC), que diminuirá os que teriam direito e o valor, ampliando ainda a idade à obtenção. “A renda *per capita* será de menos de ¼ do salário mínimo, e a idade, 70 anos”, explicou. Guedes frisou: “Este é o quadro em que se darão as negociações. Apesar das dificuldades, tem que se manter os direitos e benefícios, garantir repo-

sição da inflação e a participação dos engenheiros nos lucros das empresas.”

Para Antonio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor de documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), a conjuntura política aponta para a necessidade de unidade e busca por agenda positiva, além de equilíbrio. Na sua ótica, o governo eleito não demonstra ter habilidade à moderação e ao bom senso. “É preciso pressão da sociedade”, defende, lembrando a importância das entidades sindicais neste contexto.

João Guilherme Vargas Netto, consultor sindical do SEESP, ressaltou que é preciso ter racionalidade nessas negociações, a despeito das dificuldades. Lembrou que a entidade “trava o bom combate, com elegância”. E que é importante extrair no momento as lições do passado para tentar compreender o futuro da melhor forma possível, saudando a posse de estudantes e recém-formados em engenharia voluntários ao Núcleo Jovem no mesmo dia (*leia na página 7*). A coordenadora desse trabalho, Marcellie Dessimoni, compôs a mesa durante o seminário.

## As empresas

Sebastião Santos, gerente de recursos humanos da Companhia Energética de São Paulo (Cesp), lembrou da mudança na gestão da empresa, privatizada ao final de 2018, mas tranquilizou a categoria: “Acredito que vai ser uma boa relação, transparente. Tenho certeza que será uma boa negociação.”

Nessa linha, Daniel Roberto Bocoli, coordenador de relações trabalhistas e sindicais da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL),

destacou: “Valorizamos o diálogo. Tentamos solucionar os problemas no dia a dia junto ao sindicato, com transparência. Isso ajuda muito no momento de discussão da data-base. Vamos chegar a um bom acordo.” Essa visão também foi expressa por Paulo Egídio Santos Roslindo, especialista em relações trabalhistas e sindicais da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep). “O SEESP vem negociando com a CPTM (*Companhia Paulista de Trens Metropolitanos*) há cerca de 30 anos. A briga é para atingir o ganha-ganha. Precisamos negociar para deixar a empresa em pé”, ressaltou seu gerente de recursos humanos (RH), Luiz Brasil Dias Runha, que afirmou seu orgulho de ser engenheiro sindicalizado há 47 anos.

Também participaram do seminário e afirmaram a disposição ao diálogo William Domingues das Neves, técnico de gestão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp); Augusto Coelho, analista de cargos e salários da São Paulo Transporte (SPTrans); Irineu da Silva Filho, diretor de representação da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET); Márcio Aparecido Afonso, gerente de relações trabalhistas e sindicais da Telefônica Brasil; Carlos Eduardo Mendes Soares, analista de RH da Usiminas – Cubatão; Marco Antonio Oliva, negociador do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinenco-SP); e José Armando, gerente de Cargos, Salários e Relações Sindicais da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

**Acompanhe andamento das negociações na página 8 e no site do SEESP ([www.seesp.org.br](http://www.seesp.org.br)).**



Em sua 19ª edição, seminário apontou conjuntura em que se dão as campanhas salariais deste ano e possibilidade de superação das dificuldades, rumo a bons resultados.

## DE OLHO NO MERCADO

Estágio 2019 para  
engenharias

## Novartis

O grupo farmacêutico suíço abriu inscrições para o programa de estágio e busca universitários que atuarão na sede da empresa em São Paulo. As oportunidades são para os cursos de engenharia, com graduação entre dezembro de 2020 e dezembro de 2021. Inscrições até 10 de maio.

## GOL Linhas Aéreas Inteligentes

A companhia disponibiliza cerca de 60 vagas para o seu Programa de Estágio 2019, que será desenvolvido nas mais diversas áreas na sede da empresa, próxima ao Aeroporto de Congonhas, em São Paulo, e no Centro de Manutenção de Aeronaves, em Minas Gerais. Entre os cursos elegíveis, todas as engenharias a partir do segundo ano da graduação. Inscrições até 15 de maio.

## DuPont

A empresa norte-americana de inovação e ciência oferece, no seu programa de estágio, 20 vagas no Estado de São Paulo, nos níveis técnico e superior, em Alphaville, Barueri, Cotia, Pindamonhangaba e Pirapozinho. Entre os cursos solicitados estão os de Engenharia de Produção, Elétrica e Química. Inscrições até 15 de maio.

Esses e outros processos seletivos em <http://bit.ly/EstagioVagas>.

## NÚCLEO JOVEM ENGENHEIRO

## Estudantes na luta pela valorização da profissão

Os engenheiros paulistas inovam ao formar o primeiro grupo de estudantes da área que vão integrar a edição inaugural do Programa Voluntários do Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP. O edital que lançou o processo teve 29 inscritos; desses, 16 passaram no processo seletivo realizado em 13 de abril último, na sede do sindicato, na capital paulista. Na ocasião foi feita uma entrevista coletiva, seguida de uma dinâmica de grupo a partir de um desafio proposto.

A coordenadora do Núcleo Jovem, Marcellie Dessimoni, comemora: “São futuros engenheiros já preocupados em garantir o protagonismo da área em suas diversas atuações, seja na atividade privada ou pública, tendo como foco primordial a sustentabilidade e o social. Pessoas que não visam apenas o lucro, mas veem a profissão como uma maneira de promover o bem-estar de todos.”

Outro ponto destacado por ela é que o grupo selecionado alcançou a paridade de gênero. A idade dos classificados está entre 25 e 30 anos. “Tivemos candidatos de diversas regiões da Capital e de outras cidades, como Santos, Osasco, Bertioga, Ferraz de Vasconcelos, Praia Grande, Guarulhos”, observa.

A posse do grupo de voluntários, para o biênio 2019-2020, se deu no dia 30 de abril último, na reunião de Diretoria Plena do SEESP, em São Paulo. Como explica Dessimoni, eles vão realizar reuniões presenciais e *online*. Entre os pontos a serem discutidos, divulgação das atividades do núcleo e suas ações para a categoria;



Jovens empossados no Programa Voluntários do Núcleo do SEESP, em prol do futuro da profissão.

qualificação; projetos sociais; e organização do I Encontro Paulista de Jovens Engenheiros.

## Classificados

Entre os requisitos para participar do programa estavam ser estudante de engenharia a partir do terceiro semestre em 2019 ou recém-formado na profissão (até três anos); estar associado ao SEESP e em dia com a anuidade; e ter disponibilidade para viagens. Os selecionados são Bruno Lucas Matheus Marcelino; Bruno Machado dos Santos; Elisabeth Silva Pereira; Jéssica Trindade Passos; Leidiaane Rodrigues Costa; Lucas Gabriel Batista Alves; Maria Paula de Nicola Arieta; Matheus Sales Sampaio; Mayrah Felix Moraes; Paulo Raphael Pessoa de Mello; Pedro Daniel de Souza Matias; Rogério Magela; Tamires Pinheiro da Silva; Thamires da Silva Morgado; Thiago de França Benguella; e Ygor Henrique Siqueira Marinho.

## CARREIRA

## ÉTICA DE AVÔ PARA NETO

Rodrigo Lucci é engenheiro civil formado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 2005. A inspiração para seguir a profissão veio do avô Ezequiel da Silva Martins, que atuou como engenheiro nas áreas ferroviária, em Salvador (BA), e portuária, junto à antiga Companhia Docas de Santos (CDS), hoje Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), administradora do Porto de Santos. Falecido aos 84 anos em 2007, ele é, como diz Lucci, o “meu bom exemplo profissional, que trabalhou na área sempre aliado à ética”. O bom modelo que segue não para por aí: “Meu avô me aconselhou a ser associado ao Sindicato dos Engenheiros assim que me formasse. Foi o que fiz.”

O neto se especializou em áreas como hidráulica e recursos hídricos. Agora finaliza mestrado no Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP). Como aperfeiçoamento nunca é demais, Lucci participou do atendimento personalizado de apoio à carreira oferecido pelo SEESP no setor de Oportunidades na Engenharia. “Tive uma grata surpresa. O atendimento me trouxe informações importantes sobre o mercado de trabalho atual. Está me ajudando muito, por isso estou falando sobre o serviço para muita gente.”

Conheça a área de apoio à carreira em <http://bit.ly/ServicoSEESP>.



Rodrigo Lucci, ao lado de seu avô, Ezequiel da Silva Martins: bom exemplo e inspiração.



## PELA PRIMEIRA VEZ, CENTRAIS SE UNEM EM ATO DO 1º DE MAIO



Rodrigo Pilla/Mídia Ninja

Ato do Dia do Trabalhador, no Vale do Anhangabaú, que reuniu em torno de 200 mil pessoas.

O Dia do Trabalhador de 2019 conseguiu unir, pela primeira vez, centrais de todo o País na mobilização em prol do direito à aposentadoria digna, contra a reforma da Previdência proposta pelo Governo Bolsonaro (PEC 6/2019). Em São Paulo, o ato que teve início às 10h, no Vale do Anhangabaú, contou com aproximadamente 200 mil pessoas, segundo levantamento das centrais.

Nas falas, os dirigentes sindicais pediam principalmente a retirada da PEC para um princípio de diálogo

com o governo. Mas também apontavam a greve geral, marcada para o próximo dia 14 de junho, como ação para derrotar a proposta contra os trabalhadores. As entidades também levantaram bandeiras de luta por emprego, direitos trabalhistas e sociais, democracia e soberania nacional.

Em vídeo publicado nas redes sociais, o presidente do SEESP, Murilo Pinheiro, reforçou a importância do dia 1º de maio, “ao resgate da dignidade do trabalhador, de oportunidades e da qualidade de vida”, bem como

à luta contra a reforma, “junto com todas as centrais, com todos os sindicatos do País”. E ressaltou: “Vamos juntos fazer este País cada vez mais justo.”

A mobilização na capital paulista também foi palco de apresentações musicais de artistas como a cantora de *funk* carioca Ludmilla, a dupla sul-mato-grossense Maria Cecília e Rodolfo, entre outros. A sambista e deputada Leci Brandão cantou prestando homenagem à cantora Beth Carvalho, que faleceu em 30 de abril último.

## Fórum debate segurança no trabalho em atividade de telecom

O SEESP promove no dia 8 de maio o “Fórum de Segurança e Saúde no Trabalho em atividade de telecom”, das 8h30 às 12h45, em sua sede, na Capital. A atividade é gratuita. Conterá com a presença de representantes do setor e de instituições reguladoras. Na programação temas como interpretação e aplicação da Norma Regulamentadora (NR) nº 10, relativa à segurança em instalações e serviços em eletricidade, programa de fiscalização do Ministério da Economia para o setor de telecom e boas práticas. Será fornecido certificado aos participantes. Mais informações e inscrições pelo telefone (11) 3113-2644 ou *e-mail* [sindical@seesp.org.br](mailto:sindical@seesp.org.br).



## Campanhas Salariais

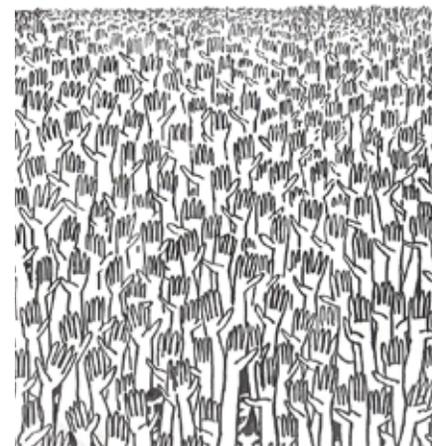
**AES Tietê** – Aprovada a pauta de reivindicações da categoria para o Acordo Coletivo de Trabalho 2019. Entre os itens está o reajuste salarial correspondente à variação integral do maior entre os índices inflacionários, acumulado no período de 1º de junho de 2018 a 31 de maio de 2019. A pauta ainda prevê reciclagem tecnológica aos profissionais assegurada pela empresa, manutenção do piso salarial conforme a Lei 4.950-A/66, entre outros. A data-base é 1º de junho.

**Rio Paraná Energia** – Em Assembleias Gerais Extraordinárias, os engenheiros da companhia aprovaram a pauta de reivindicações para o Acordo Coletivo de 2019. A data-base é 1º de junho. Entre os itens contemplados, reajuste salarial correspondente à variação integral do maior entre os índices inflacionários, acumulado do período de 1º de junho de 2018 a 31 de maio de 2019, extensível aos benefícios – ao que será acrescido ainda ganho real. E ainda, manutenção do piso salarial, auxílio creche, programa de bolsa de estudos aos profissionais, entre outros.

**Enel** – Engenheiros aprovaram a pauta de reivindicações ao Acordo Coletivo de Trabalho 2019. Essa inclui reajuste salarial correspondente à variação integral do maior entre os índices inflacionários, acumulado do período de 1º de junho de 2018 a 31 de maio de 2019; manutenção do auxílio alimentação por meio do crédito mensal no cartão VA; garantia ao engenheiro substituto de salário igual ao do substituído, entre outros itens para o Acordo Coletivo de Trabalho 2019. A data-base é 1º de junho.

**Rio Paranapanema** – A pauta de reivindicações da categoria referente à data-base em 1º de junho foi aprovada em assembleia. Essa abrange reajuste salarial correspondente à variação integral do maior entre os índices inflacionários, acumulado nos últimos 12 meses; contribuição para treinamento e requalificação profissional e plano de cargos e salários, entre outros, visando o Acordo Coletivo de Trabalho 2019.

**Metrô** – Em estado de greve, os engenheiros defenderam a pauta de reivindicações da categoria em audiência de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Foi apresentada a proposta do reajuste salarial com base no IPC-Fipe e aplicação do índice sobre as cláusulas econômicas. Sobre o Metrô, a proposta dispõe que o modo de custeio feito hoje pelo Metrô seja mantido até que a comissão, composta por representantes dos trabalhadores, empresa e plano de saúde, apresente, no prazo de nove meses, estudo sobre novo modo. Até o fechamento desta edição as negociações continuavam.



## Engenheiros da CET conquistam piso salarial

Apesar de a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) recorrer até as últimas instâncias, inclusive ao Supremo Tribunal Federal (STF), a decisão do dissídio coletivo iniciado em 2013 foi pela vitória definitiva do SEESP em prol da categoria. Assim, assegurou-se o pagamento do piso profissional, conforme a Lei 4.950-A/66. Os engenheiros da CET devem se apresentar pessoalmente no Departamento Jurídico

do SEESP até o dia 10 de maio, com cópias da Carteira de Trabalho, Crea e comprovante de pagamento da anuidade do conselho, holerites desde a contratação, comprovante de recolhimento da contribuição sindical, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) se houver. Dúvidas e mais informações pelo telefone (11) 3113-2620 ou *e-mail* [juridico@seesp.org.br](mailto:juridico@seesp.org.br).